

INFORMAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

ADVOGADO: Moreno Castilho Pereira Peralles

CONTRATADA: POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

CONTRATO: OCS nº 230/2014 – SAP nº 4400000695. Adesão à Ata de Registro de Preços, resultante do Pregão Eletrônico nº 41/2013, de 27/12/2013, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

OBJETO DO CONTRATO: aquisição de 4.451 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e um) microcomputadores Positivo, com garantia técnica *on-site* de 48 (quarenta e oito) meses, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 41/2013, do CNJ, e da Ata de Registro de Preços firmada.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 9.222.472,00 (nove milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e setenta e dois reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do Contrato ou até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, o que ocorrer primeiro, ressalvado o período de Garantia Técnica de 48 (quarenta e oito) meses, a contar da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

AUTORIZAÇÃO: Decisão de Diretoria nº DIR 622/2014 – BNDES, de 22/07/2014, no âmbito da IP ATI/DEIMP nº 08/2014, de 15/07/2014.

ENQUADRAMENTO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: Nota ATI/DEJUR nº 04/2014, de 15/07/2014.

FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO: art. 15, II, e §§ 1º a 6º, da Lei nº 8.666/93, c/c art. 22, do Decreto nº 7.892/2013.

CERTIDÕES VÁLIDAS EM ANEXO

- Conjunta Dívida Ativa da União e Secretaria da Receita Federal
- FGTS
- Contribuições Previdenciárias e de Terceiros
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da CGU



CONTRATO OCS Nº 230/2014
Nº SAP 4400000695

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS
QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES E A
POSITIVO INFORMÁTICA S.A., NA FORMA
ABAIXO:

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília – DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, n.º 100, CEP 20031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e a **POSITIVO INFORMÁTICA S.A.**, com sede em Curitiba – PR, na Rua João Bettega, nº 5.200, Cidade Industrial, CEP 81350-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 81.243.735/0001-48, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, em conformidade com o procedimento de adesão à Ata de Registro de Preços, resultante do Pregão Eletrônico nº 41/2013, de 27/12/2013, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, autorizado em 22/07/2014 por intermédio da IP ATI/DEIMP nº 08/2014, de 15/07/2014, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892/2013, conforme previsão orçamentária sob rubrica SAP nº 1750100071 (SIST. PROC. DADOS – EQUIP. USO PRÓPRIO), centro de custo nº BN30005000 – ATI/DESET, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a aquisição de 4.451 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e um) microcomputadores Positivo, com garantia técnica *on-site* de 48 (quarenta e oito) meses, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 41/2013, do Conselho Nacional de Justiça, e da Ata de Registro de Preços firmada pela **CONTRATADA**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O Contrato terá a duração de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, ou até a

Moreno Castilho
Advogado

105
M

emissão do Termo de Recebimento Definitivo, o que ocorrer primeiro, ressalvado o período de Garantia Técnica de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, a contar da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O fornecimento deverá ser realizado nas unidades funcionais do BNDES, conforme detalhado na tabela a seguir, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do pedido de fornecimento, observadas as condições estipuladas no Edital do Pregão Eletrônico nº 41/2013 - CNJ.

Unidades Funcionais do BNDES	LOCALIZAÇÃO
EDSERJ – Edifício de Serviços do BNDES	Avenida República do Chile, 100, Centro, Rio de Janeiro – RJ. CEP 20031-917.
Edifício Ventura Corporate Towers	Avenida República do Chile, 330, Centro, Rio de Janeiro – RJ. CEP 20031-170.
DEREG – Depart. de Relações com o Governo	Centro Empresarial Parque Cidade. Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 09 – Torre C - 12º andar, Brasília – DF. CEP 70308-200
DENOR – Depart. Regional Nordeste	Rua Padre Carapuceiro, 858, 18º andar, Centro Empresarial Queiroz Galvão - Torre Cícero Dias - Boa Viagem - Recife - PE. CEP 51020-280
DESUL – Depart. Regional Sul	Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510 - 5º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo – SP. CEP 04543-906

CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O BNDES efetuará o recebimento do objeto, através da Comissão de Recebimento mencionada na Cláusula Décima deste Contrato, observadas as condições e os procedimentos a seguir.

Parágrafo Primeiro

A CONTRATADA, quando da execução do objeto, deverá observar as seguintes orientações:

- I. deverá ser apresentada a prova de procedência dos equipamentos, por intermédio da apresentação da nota fiscal, para aqueles fabricados em território nacional ou importados que tenham sido adquiridos diretamente da representação do fabricante

2

estabelecida em território nacional. Para equipamentos fabricados no exterior e que tenham sido importados diretamente pela **CONTRATADA**, deverá ser apresentado o Comprovante de Importação emitido pela autoridade alfandegária brasileira, bem como o comprovante de quitação do respectivo tributo estadual (ICMS - Importação) ou documento equivalente;

- II. não serão aceitos equipamentos de marca/modelo diverso do informado na Ata de Registro de Preços (Anexo II deste Instrumento), salvo se previamente autorizado pelo **BNDES**; e
- III. os produtos a serem entregues pela **CONTRATADA** devem estar, obrigatoriamente, em suas versões finais, não devendo ser entregues, para este fim, em suas versões preliminares, *drafts*, rascunhos ou similares.

Parágrafo Segundo

O objeto será recebido provisoriamente, quando da respectiva entrega, mediante Termo de Recebimento Provisório, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações, condições e obrigações previstas neste Contrato e em seus anexos, sendo que, verificada a necessidade de ajustes, correções e/ou substituições, o seguinte procedimento será adotado:

- I. a **CONTRATADA** será convocada a efetuar-los, às suas expensas, no prazo determinado pelo **BNDES**. A concessão de prazo para ajustes, correções e/ou substituições não impede a instauração de procedimento punitivo para aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Décima Terceira deste Instrumento;
- II. realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas pelo **BNDES**, será emitido novo Termo de Recebimento Provisório, sendo realizada, em seguida, nova avaliação de conformidade pelo **BNDES**; e
- III. não realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas, o objeto será rejeitado total ou parcialmente, podendo o Contrato ser rescindido pelo **BNDES**, sem prejuízo da instauração de procedimento punitivo para a aplicação de penalidade.

Parágrafo Terceiro

Verificado o atendimento das especificações, condições e obrigações previstas neste Contrato e em seus anexos, o **BNDES** receberá definitivamente o objeto, em até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório, através da emissão de Termo de Recebimento Definitivo, sendo observado que o recebimento definitivo do objeto:

- I. constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado; e
- II. não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia dos bens entregues e/ou do serviço realizado.

CLÁUSULA QUINTA – GARANTIA DOS BENS FORNECIDOS E SERVIÇOS ACESSÓRIOS

A garantia será de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos bens em questão e serviços acessórios, observadas as condições fixadas no item 3.3.5 do Anexo I deste Contrato.

Parágrafo Primeiro

A garantia ocorrerá sem nenhum ônus para o **BNDES** e será prestada sob responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive quando for necessário o transporte dos bens ou ainda o traslado e a hospedagem de técnicos da **CONTRATADA** ou qualquer outro tipo de serviço necessário para o cumprimento da garantia.

Parágrafo Segundo

A **CONTRATADA** deverá disponibilizar Central de Atendimento para abertura dos chamados relativos a garantia, com telefone 0800 ou com custo local para as cidades de entrega dos equipamentos, descritas na Cláusula Terceira deste Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

O **BNDES** pagará à **CONTRATADA**, pela execução do objeto contratado, o valor global de R\$ 9.222.472,00 (nove milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e setenta e dois reais), conforme Ata de Registro de Preços (Anexo II deste Contrato), observado valor unitário de R\$ 2.072,00 (dois mil e setenta e dois reais) e o disposto na Cláusula Sétima deste Instrumento.

Parágrafo Primeiro

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato.

Parágrafo Segundo

Na hipótese de o objeto ser parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro

Caso o **BNDES** não demande o total do objeto previsto no *caput* desta Cláusula, não será devida indenização à **CONTRATADA**, observadas as prescrições da Lei nº 8.666/1993.

Moreno Castilho
Advogado
AA/DEJUR/GEJUR2

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

O **BNDES** efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato em parcela única, de acordo com a(s) Ordem(ns) de Fornecimento emitida(s), por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação do documento fiscal (Nota Fiscal, Fatura ou equivalente), desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato/Comissão de Recebimento das obrigações contratuais assumidas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Primeiro

Nas hipóteses em que o recebimento definitivo ocorrer após a entrega do documento fiscal, o **BNDES** terá até 10 (dez) dias úteis, a contar da data em que o objeto tiver sido recebido definitivamente, para efetuar o pagamento.

Parágrafo Segundo

Para toda efetivação de pagamento, a **CONTRATADA** deverá apresentar no mínimo 2 (duas) vias do documento fiscal, quando emitido em papel, ao Protocolo do Edifício de Serviços do **BNDES** no Rio de Janeiro – EDSERJ, localizado na Avenida República do Chile nº 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031-917, no período compreendido entre 10h e 18h, ou encaminhar o documento fiscal, quando emitido eletronicamente, à caixa de e-mail *nfe@bndes.gov.br*.

Parágrafo Terceiro

O documento fiscal deverá conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. número da Ordem de Compra/Serviço – OCS;
- II. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- III. período de referência da execução do objeto;
- IV. nome e número do CNPJ da **CONTRATADA**, cuja regularidade fiscal foi avaliada na fase de habilitação, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- V. nome, telefone e e-mail do responsável pelo documento fiscal;
- VI. nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente da **CONTRATADA**, vinculada ao CNPJ constante do documento fiscal, com respectivos dígitos verificadores;
- VII. comprador: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**;
- VIII. CNPJ do comprador: 33.657.248/0001-89; e
- IX. local de execução do objeto, discriminando-se os valores por localidade, se for o caso.

Parágrafo Quarto

Ao documento fiscal, deverão ser anexados:

- I. certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase de habilitação;
- II. em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade; e
- III. demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado.

Parágrafo Quinto

Caso sejam verificadas divergências, o **BNDES** devolverá o documento fiscal à **CONTRATADA** ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**.

Parágrafo Sexto

Os pagamentos a serem efetuados em favor da **CONTRATADA** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sétimo

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, o **BNDES** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Oitavo

Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível à **CONTRATADA**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

CLÁUSULA OITAVA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Considerando o prazo de vigência do presente Contrato, não se admite reajuste ou repactuação de preços, devendo a **CONTRATADA** arcar com eventuais elevações dos custos decorrentes de fatores ordinários, tais como alterações de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Parágrafo Primeiro

O **BNDES** e a **CONTRATADA** têm direito à revisão de preços, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que onere ou desonere as obrigações pactuadas no

presente Instrumento, sendo que:

- I. a **CONTRATADA** deverá formular ao **BNDES** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- II. a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da Proposta e do momento do pedido da revisão;
- III. com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da Proposta e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado; e
- IV. o **BNDES** examinará o requerimento e informará à **CONTRATADA** quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo

A **CONTRATADA** deverá solicitar a revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

- I. caso o fato gerador da revisão de preços ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, a **CONTRATADA** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador, para solicitar a revisão de preços;
- II. o **BNDES** deverá analisar o pedido de revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pela **CONTRATADA** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do **BNDES**, enquanto a **CONTRATADA** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e
- III. caso a **CONTRATADA** não solicite a revisão de preços nos prazos fixados acima, não fará jus à mesma, operando-se a renúncia ao direito.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 8.666/93, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo **BNDES**;
- II. comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **BNDES**.

- III. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados;
- IV. reparar todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES**, decorrentes de sua culpa ou dolo, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;
- V. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade;
- VI. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gestor do Contrato;
- VII. obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pelo **BNDES** para a adequada execução do Contrato;
- VIII. designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com o **BNDES**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da **CONTRATADA**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;
- IX. impedir a participação, direta ou indireta, de empregado ou dirigente do Sistema **BNDES** (**BNDES** e suas subsidiárias) na execução do objeto do presente Contrato;
- X. observar o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigente ao tempo da contratação, o qual deverá ser consultado por intermédio do sítio eletrônico www.bndes.gov.br ou requisitado ao Gestor do Contrato, assegurando-se de que seus representantes legais e que todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios nele constantes;
- XI. adotar, na execução do Contrato, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição;
- XII. fornecer bens novos, sem uso prévio, e entregá-los em suas embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, acompanhados de seus manuais de uso e instalação, estando acondicionados em meio adequado, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e a impedir seu uso ou deterioração até a entrega;
- XIII. garantir que o objeto do Contrato não infringe quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, *know-how* ou *trade-secrets*, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face do **BNDES**, por acusação da espécie, podendo a **CONTRATADA** ser instada a intervir no processo;
- XIV. responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança das dependências do **BNDES** por parte dos profissionais alocados na execução do Contrato, quanto ao porte de identificação e à utilização dos acessos indicados pelo **BNDES**;

- XV. devolver recursos disponibilizados pelo **BNDES** para a execução do serviço contratado, acessório ao fornecimento de bens, revogar perfis de acesso de seus profissionais, eliminar suas caixas postais e adotar demais providências aplicáveis ao término da vigência do **CONTRATO**;
- XVI. disponibilizar, a partir da assinatura do Contrato, "Central de Atendimento" para abertura e fechamento de chamados técnicos relativos à garantia, em dias úteis (segunda à sexta-feira), em horário comercial (das 08h às 18h), indicando telefone 0800 ou com custo local para as cidades de entrega dos equipamentos;
- XVII. fornecer os equipamentos conforme especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas no Edital, na Ata de Registro de Preços, na Ordem de Fornecimento, na Proposta e no Contrato;
- XVIII. fornecer a documentação necessária à instalação e à operação dos produtos (manuais, termos de garantia etc), completa, atualizada e em português do Brasil, caso exista, ou em inglês;
- XIX. comunicar formal e imediatamente ao Gestor do Contrato sobre mudanças nos dados para contato com a Central de Atendimento;
- XX. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos do **BNDES**, referentes a qualquer problema detectado ou ao andamento de atividades da garantia;
- XXI. responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos equipamentos e pela execução dos serviços de garantia técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade na execução dos trabalhos, dentro dos prazos estipulados e cujo desempenho será considerado infração possível de aplicação das penalidades previstas;
- XXII. comunicar ao Gestor, forma e imediatamente, todas as ocorrências anormais e/ou que possam comprometer a execução do objeto; e
- XXIII. responsabilizar-se pela conservação dos ambientes onde desempenhe as atividades necessárias para prestar a garantia *on-site*.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO BNDES

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 8.666/93, ou que entrem em vigor, constituem obrigações do **BNDES**:

- I. realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- II. designar, como Gestora do Contrato, Flávia Tacques do Rego Monteiro, a quem caberá, consoante as disposições do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução do Contrato, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações

Moreno Castilho
Advogado

assumidas;

- III. designar, como substituto do Gestor do Contrato, para atuar em sua eventual ausência, Diogo Santos Cardoso da Silva, que atualmente exerce a função de Coordenador de Serviços da ATI/DESET/GEAT;
- IV. alterar, quando conveniente, o Gestor do Contrato e/ou o seu substituto, por outro profissional, mediante comunicação escrita à **CONTRATADA**;
- V. designar a Comissão de Recebimento, a quem caberá o recebimento do objeto, em conjunto com o Gestor do Contrato;
- VI. fornecer à **CONTRATADA**, quando solicitado ao Gestor do Contrato, cópia do Código de Ética do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;
- VII. colocar à disposição da **CONTRATADA** todas as informações necessárias à perfeita execução deste Contrato; e
- VIII. comunicar à **CONTRATADA**, por escrito:
 - a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
 - b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da **CONTRATADA**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
 - c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Caso a **CONTRATADA** venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**.

Parágrafo Único

Assim que solicitado pelo Gestor do Contrato, a **CONTRATADA** deverá providenciar a assinatura, por seu representante legal e pelos profissionais que tiverem acesso a informações sigilosas, dos Termos de Confidencialidade a serem disponibilizados pelo **BNDES**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CESSÃO DE CRÉDITOS, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente Contrato, bem como a emissão, por parte da **CONTRATADA**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

Parágrafo Primeiro

É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que a **CONTRATADA** realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

- I. aquiescência prévia do **BNDES**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e
- II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais, previstos nos itens 2 e 11 do Edital.

Parágrafo Segundo

Caso ocorra a sucessão contratual admitida no Parágrafo anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

Parágrafo Terceiro

É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das previstas na Lei nº 10.520/2002:

- I. advertência;
- II. multa:
 - a) de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia, sobre o valor constante da Ordem de Fornecimento, no caso de atraso injustificado na entrega dos bens, limitado a incidência a 20 (vinte) dias;
 - a.1) no caso de atraso injustificado na entrega dos equipamentos por prazo superior a 20 (vinte) dias, com a aceitação pelo **BNDES**, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento;
 - a.2) no caso de atraso injustificado na entrega dos equipamentos por prazo superior a 20 (vinte) dias, com a não aceitação pelo **BNDES**, será aplicada a penalidade prevista na alínea “d”;
 - b) de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia, sobre o valor do equipamento, no caso de atraso injustificado na solução do chamado de garantia, limitada a incidência de 30 (trinta) dias;

- b.1) no caso de atraso injustificado na solução do chamado de garantia, por prazo superior a 30 (trinta) dias, aplica-se adicionalmente a multa de 1% (um por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento;
 - b.2) as multas por atraso relacionadas à subalínea anterior serão auferidas por Ordem de Fornecimento e aplicadas uma única vez a cada mês, independente da quantidade de equipamentos em atraso;
 - c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor constante da Ordem de Fornecimento, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - d) de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento, no caso de inexecução total da obrigação, podendo haver ainda a rescisão contratual;
- III. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades indicadas nesta Cláusula somente poderão ser aplicadas após procedimento administrativo, e desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultada à **CONTRATADA** a defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Segundo

Contra a decisão de aplicação de penalidade, a **CONTRATADA** poderá interpor o recurso cabível, na forma e no prazo previstos na Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro

A imposição de sanção prevista nesta Cláusula não impede a rescisão unilateral do Contrato pelo **BNDES**, nos casos previstos nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Quarto

A multa prevista nesta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

Parágrafo Quinto

A multa aplicada à **CONTRATADA** e os prejuízos causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ela devidos, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

Parágrafo Sexto

No caso de uso indevido de informações sigilosas, observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012.

Parágrafo Sétimo

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido:

- I. por ato unilateral do **BNDES**, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabível;
- II. por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o **BNDES**; e
- III. por via judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o Contrato, nos termos dos incisos I ao XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, a **CONTRATADA** responderá por eventuais perdas e danos e sujeitar-se-á às penalidades decorrentes do Contrato, apuradas em procedimento administrativo, bem como às consequências previstas no artigo 80 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, observando-se, ainda, o disposto no artigo 79, parágrafo segundo, da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Parágrafo Primeiro

Integram o Contrato o Anexo I - Termo de Referência - ao Edital do Pregão Eletrônico nº 41/2013, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e a Ata de Registro de Preços firmada pela **CONTRATADA**, respectivamente, Anexos I e II ao presente Instrumento, no que com este não colidir, bem como com as disposições legais aplicáveis, observando-se que, ocorrendo conflitos de interpretação entre as disposições contratuais e de seus anexos,

417
A

prevalecerá o disposto no Contrato e na legislação em vigor.

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As folhas deste Contrato são rubricadas por Moreno Castilho Pereira Peralles, advogado do **BNDES**, por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento, redigido em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 05 de AGOSTO de 2014.

Wagner Bittencourt
Wagner Bittencourt
Vice-Presidente

Mauricio Borges Lemos
Mauricio Borges Lemos
Diretor

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES



[Signature]

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

Testemunhas:

Ana Maria Lopes Bragança Silva
Nome/CPF: ANA MARIA L B SILVA
00440801079

Alana de B. S. Ribiero
Nome/CPF: Alana de Brito S. Ribiero
136.565.717-59

418
24**ANEXO I AO CONTRATO OCS Nº 230/2014****TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I AO EDITAL DO PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 41/2013, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA -
CNJ**

2



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

PREGÃO ELETRÔNICO N. 41/2013
ANEXO I DO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Descrição

Registro de Preços de microcomputadores e Nobreaks, incluindo os serviços de garantia “on-site”, conforme especificações.

1.2 Detalhamento

Item	Quantidade	Descrição
1	37.278	Microcomputadores, de acordo com as especificações técnicas constantes no item 3.2.1.
2	26.709	Nobreaks, de acordo com as especificações técnicas constantes no item 3.2.2.

2 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 Motivação

O uso da Tecnologia da Informação como ferramenta para otimização das atividades administrativas possibilita aos órgãos da Administração Pública programarem medidas que tornem seus procedimentos mais ágeis, seguros, integrados, eficientes e, sobretudo, acessíveis à população brasileira.

A motivação da contratação foi derivada dos resultados do estudo feito pelo CNJ por meio do Questionário de Governança de TIC respondido por toda a esfera do Judiciário em 2013. Assim, foi possível definir as diretrizes estratégicas para investimentos em infraestrutura e segurança da informação, não apenas para melhorar o nível da segurança, acesso e disponibilidade da informação, mas também para aumentar a produtividade, dar celeridade aos processos, modernizar a plataforma utilizada, acelerar o processo jurisdicional e reduzir os custos totais no trâmite processual.

ELABORADO

Moreno Caspary Karolka Perillo
Advogado



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

420
M

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de entregas parceladas e pela imprevisibilidade em relação ao quantitativo demandado, o qual poderá sofrer variações de acordo com os resultados do Questionário de Governança de TIC que será aplicado em 2014, conforme incisos II e IV do art. 3º do Decreto n. 7.892/2013.

2.2 Objetivo a ser alcançado

O principal objetivo oriundo da contratação pretendida é a possibilidade de manter serviços de tecnologia da informação e comunicação - TIC necessários à adequada prestação jurisdicional, observando os referenciais estabelecidos na Resolução CNJ n. 90/2009.

2.3 Necessidade de Atestado de Capacidade Técnica

Tendo em vista que o objeto prevê a entrega parcelada dos equipamentos em diversas regiões do país, incluindo serviço de garantia técnica on-site, a exigência de qualificação técnica se faz necessária para comprovação de capacidade logística para suportar tal atribuição.

Assim, a licitante deverá apresentar documento expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando já ter fornecido microcomputadores ou nobreaks, conforme o item, incluindo o serviço de garantia técnica on-site, com entrega em, pelo menos, 5 (cinco) Unidades da Federação, sendo, no mínimo, 1 (uma) cidade em cada região do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste).

O documento deverá atestar a entrega de, no mínimo:

- Para o item 1: 3.500 (três mil e quinhentas) unidades de microcomputadores;
- Para o item 2: 2.500 (dois mil e quinhentas) unidades de Nobreaks.

Para fins de comprovação do disposto neste item, será admitida a soma de atestados.

2.4 Documentação Exigida

A seguinte documentação deverá ser apresentada pela licitante:

J



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

- Documento em que o Fornecedor apresentará, para cada item ou subitem das especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, a comprovação da respectiva especificação. Anexos ao documento de Atendimento às Especificações Técnicas deverão estar documentos oficiais do fabricante, como folders, catálogos, manuais ou impressos de páginas do fabricante na Internet, entre outros pertinentes (Ver Modelo I do Anexo B deste Termo de Referência).
- Declaração de que disponibilizará, a partir da assinatura do Contrato, "Central de Atendimento" para abertura de chamado de Assistência Técnica, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (das 8h00 às 18h00), indicando telefone 0800 ou com custo local de Brasília e em cada local onde contemple tribunal donatário. Os chamados poderão ser abertos pela equipe técnica dos Tribunais donatários e do Conselho Nacional de Justiça.
- Declaração de garantia técnica emitida pelo Fornecedor, afirmando que a garantia técnica on-site será contratada com o fabricante ou a uma Assistência Técnica Autorizada, pelo período de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses para os microcomputadores e, no mínimo, 12 (doze) meses para os Nobreaks, contado da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, e com o atendimento a todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus Anexos.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

422
M

2.5.1 Amostra

- 2.5.1.1 Ao final da etapa de lances o Pregoeiro convocará a licitante mais bem classificada para o item 1, para que apresente amostra, que deverá ser entregue na Comissão Permanente de Licitação do Conselho Nacional de Justiça, para avaliação técnica, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a convocação.
- 2.5.1.2 A amostra fornecida será analisada e caso não seja aprovada, será convocada a próxima Licitante classificada, obedecendo a ordem de classificação do certame.
- 2.5.1.3 A amostra deverá ser apresentada acompanhada dos respectivos documentos e prospectos do equipamento. Deverá ser apresentado, também, CD/DVD contendo todos os drivers para instalação do equipamento e este deverá vir com o Sistema Operacional Microsoft Windows 7 Professional 64 bits, em Idioma Português do Brasil. Também deverá ser fornecida licença do software Sysmark 2012 Preview ou PASSMARK-CPU, versão 7 (64-bits), que será utilizado para realizar os testes de desempenho.
- 2.5.1.4 O equipamento apresentado como amostra, poderá ser aberto, manuseado, desmontado, sendo devolvido à Licitante no estado em que se encontrar ao final da avaliação técnica. A devolução irá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após a homologação do certame. Os testes com as amostras poderão ser realizados com a participação da Licitante classificada, de forma a mostrar o atendimento a todos os requisitos solicitados por este Termo de Referência.
- 2.5.1.5 Durante a análise da amostra, poderá haver conexão do produto com outros equipamentos.
- 2.5.1.6 A amostra que apresentar problemas de funcionamento durante a análise técnica será reprovada.
- 2.5.1.7 Será reprovada a amostra que não atenda ou apresente divergência para menos em relação a especificação técnica constante deste Termo de Referência ou da proposta.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

423
IV

- 2.5.1.8 É facultado a cada participante do certame indicar até um representante técnico para acompanhamento das verificações de conformidade e testes de desempenho.
- 2.5.1.9 Caso a amostra apresente divergências para mais em relação a algum item da especificação constante da proposta, a Licitante deverá declarar que entregará os equipamentos de acordo com o apresentado.
- 2.5.1.10 A Licitante que não encaminhar a amostra no prazo estabelecido será desclassificada do certame.
- 2.5.1.11 Apresentada a amostra do equipamento, não será permitido fazer modificações no produto.
- 2.5.1.12 A análise do(s) equipamento(s) apresentados nesta fase serão realizadas conforme os procedimentos constantes no Anexo C deste Termo de Referência.

3 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Local e Horário

Os equipamentos deverão ser entregues nos Almoxarifados de cada Tribunal donatário e do Conselho Nacional de Justiça (conforme Anexo A deste Termo de Referência), nos quantitativos, horários e endereços indicados no pedido do fornecimento.

DIPIRES
Moreno da Silva
Juiz de Direito

2



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

424
M

3.2 Especificações Técnicas

3.2.1 Item 01 (Microcomputador)

3.2.1.1 Processador

3.2.1.1.1 De 4 (quatro) ou mais núcleos físicos de processamento.

3.2.1.1.2 Com no mínimo, 4MB (quatro megabytes) de cache.

3.2.1.2 Desempenho

3.2.1.2.1 Índice SYSmark 2012 Rating de 158 (cento e cinquenta e oito) pontos ou PASSMARK-CPU versão 7 de 7300 (sete mil e trezentos) pontos, conforme instruções contidas no Anexo C deste Termo de Referência.

3.2.1.2.2 Poderão ser utilizadas até 3 (três) iterações do software SYSmark em uma única execução.

3.2.1.3 Placa-Mãe

3.2.1.3.1 Arquitetura Full ATX, micro ATX ou BTX.

3.2.1.3.2 Deve suportar integralmente o processador cotado.

3.2.1.3.3 No mínimo, um slot livre tipo PCI Express x1.

3.2.1.3.4 No mínimo, um slot livre tipo PCI Express x16.

3.2.1.3.5 Memória DIMM DDR3, com frequência de comunicação com o barramento de, no mínimo, 1600MHz (um mil e seiscentos megahertz) e com suporte a tecnologia "dual channel".

3.2.1.3.6 Soquete para processador padrão AMD AM3 ou Intel LGA1155, ou seus sucessores.

3.2.1.3.7 No mínimo, 4 (quatro) soquetes de memória DIMM DDR3, ou superior, expansível, no mínimo, até 32GB (trinta e dois gigabytes).

3.2.1.3.8 No mínimo, 8 (oito) portas padrão USB (Universal Serial Bus), sendo:

3.2.1.3.8.1 No mínimo, 2 (dois) conectores acessíveis no painel frontal;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

425
M

- 3.2.1.3.8.2 No mínimo, 2 (duas) portas USB 3.0;
- 3.2.1.3.8.3 No mínimo, 6 (seis) portas USB 2.0 ou superior;
- 3.2.1.3.8.4 Sem a utilização de hubs ou portas USB instaladas em adaptador PCI, com possibilidade de desativação das portas através da BIOS do sistema.
- 3.2.1.3.9 No mínimo, 3 (três) interfaces para unidades de armazenamento padrão Serial ATA-300 ou superior, sendo pelo menos uma interface SATA 6,0 Gbits/s.
- 3.2.1.3.10 BIOS com as seguintes características:
 - 3.2.1.3.10.1 A licitante vencedora deverá entregar os equipamentos com o logotipo do Conselho Nacional de Justiça estampado na inicialização da BIOS do equipamento;
 - 3.2.1.3.10.2 Compatível com o padrão Plug & Play;
 - 3.2.1.3.10.3 Suporte a SMBIOS v.2.6 (System Management BIOS) ou superior;
 - 3.2.1.3.10.4 Deverá ter suporte ao padrão DMI 2.0;
 - 3.2.1.3.10.5 Função de registro de número de patrimônio em memória não-volátil, podendo esses números ser lidos remotamente através de comandos DMI 2.0 ou superior;
 - 3.2.1.3.10.6 Capacidade de desligamento do vídeo e do disco rígido após tempo determinado pelo usuário, e religamento por acionamento de teclado ou pela movimentação do mouse (função Suspend, Sleep ou Standby);
 - 3.2.1.3.10.7 Controle de permissões de acesso através de senhas, sendo uma para inicializar o computador, outra para os recursos de administração da BIOS;
 - 3.2.1.3.10.8 Implementada em Flash-ROM com capacidade de proteção contra gravação, realizada por software;
 - 3.2.1.3.10.9 Suporte a ACPI (Advanced Configuration and Power Interface), com controle automático de rotação do ventilador da CPU.

RECEBUE
Moraes
Tribunal de Justiça

J



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

426
R

- 3.2.1.3.10 Chip de segurança TPM versão 1.2 (Trusted Platform Module) integrado. Deverá acompanhar software para implantação e utilização de todos os recursos de segurança.
- 3.2.1.3.11 Controladora Serial ATA para gerenciar a unidade leitora de mídia óptica especificada.
- 3.2.1.3.12 Controlador de som estéreo 16 bits ou superior, com conectores para line-in, mic-in e line-out.
- 3.2.1.3.13 Deverá ser do mesmo fabricante do microcomputador, ou fabricada sob sua especificação, não sendo aceito o emprego de placa-mãe de livre comercialização no mercado. A placa-mãe fornecida deverá ser totalmente compatível com o processador ofertado.

3.2.1.4 Adaptador de Rede

- 3.2.1.4.1 Adaptador de rede integrado (on-board) ou off-board.
- 3.2.1.4.2 Conector RJ45 fêmea com LEDs indicadores de atividade de rede.
- 3.2.1.4.3 Interface padrão Ethernet de 10/100/1000 Mbps, autosense e full-duplex.
- 3.2.1.4.4 Configurável totalmente por software e possuir a função wake-on-lan instalada e em funcionamento.
- 3.2.1.4.5 Compatível com o padrão DMI (Desktop Management Interface) 2.0.
- 3.2.1.4.6 Deve ser configurável totalmente por software e possuir a função wake-on-lan instalada e em funcionamento.
- 3.2.1.4.7 Deve suportar ao protocolo SNMP e aos padrões PXE 2.0 e ASF 2.0, ou superior.

3.2.1.5 Memória

- 3.2.1.5.1 DDR3 SDRAM ou superior, de no mínimo, 1600Mhz.
- 3.2.1.5.2 No mínimo, 8GB (oito gigabytes) divididos em 2 (dois) pentes iguais, sendo cada um de, no mínimo, 4GB (quatro gigabytes), configurado em "dual channel".

DADES

Morano Cassiano Pereira Perelles
Advogado



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

422
FV
Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

3.2.1.6 Controladora de Vídeo

3.2.1.6.1 Controladora de vídeo integrada (on-board) ou off-board ou integrada ao processador.

3.2.1.6.2 Deve possuir, no mínimo, 1024MB (mil e vinte e quatro megabytes) de memória dedicada ou compartilhada dinamicamente.

3.2.1.6.3 Deve ser capaz de controlar até dois monitores simultaneamente e possuir, no mínimo, uma saída VGA e uma DVI ou superior.

3.2.1.6.4 Compatível com Direct-X 11.

3.2.1.7 Unidade de Armazenamento

3.2.1.7.1 Unidade de disco rígido interna com capacidade de armazenamento de, no mínimo, 500GB (quinhentos gigabytes).

3.2.1.7.2 Padrão Serial ATA 6Gb/s.

3.2.1.7.3 Buffer de, no mínimo, 16MB (dezesesseis megabytes).

3.2.1.7.4 Velocidade de rotação de, no mínimo, 7.200 RPM (sete mil e duzentas rotações por minuto).

3.2.1.8 Unidade de mídia óptica

3.2.1.8.1 Gravadora de DVD interna do tipo DVD±RW com tecnologia Dual Layer.

3.2.1.8.2 Interface Serial ATA (SATA).

3.2.1.8.3 Velocidade de leitura de CD de, no mínimo, 24x.

3.2.1.8.4 Velocidade de leitura de DVD de, no mínimo, 8x.

3.2.1.8.5 Velocidade de gravação de DVD-RW de, no mínimo, 6x.

3.2.1.8.6 Velocidade de gravação de DVD+RW de, no mínimo, 8x.

3.2.1.8.7 Velocidade de gravação de DVD+R e DVD-R de, no mínimo, 8x.

3.2.1.8.8 Indicador luminoso de atividade.

3.2.1.8.9 Mecanismo de ejeção de emergência na parte frontal da unidade.

BADES

Moreno Castilho Pereira Peralles
Advogado



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

428
IV

3.2.1.9 Monitor de Vídeo

3.2.1.9.1 Tela de matriz ativa LCD ou LED, com área visível de, no mínimo, 19" (dezenove polegadas) e no máximo, 22" (vinte e duas polegadas) na diagonal e formato de tela Widescreen.

3.2.1.9.2 Suporte a 16 milhões de cores e resolução de, no mínimo, 1440x900 (um mil, quatrocentos e quarenta por novecientos) pixels na frequência de atualização de, no mínimo, 60Hz (sessenta hertz).

3.2.1.9.3 Relação de contraste de 1000:1 ou superior, capacidade de brilho de, no mínimo, 250cd/m² (duzentos e cinquenta candelas por metro quadrado).

3.2.1.9.4 Tempo de resposta de, no máximo, 5ms (cinco milisegundos).

3.2.1.9.5 Fonte de alimentação interna comutável automaticamente de 110V (cento e dez volts) a 240V (duzentos e quarenta volts).

3.2.1.9.6 Ajuste de inclinação da tela na base e ajuste de altura.

3.2.1.9.7 Tratamento anti-reflexivo e anti-estático.

3.2.1.9.8 Deverão ser fornecido todos os cabos e acessórios necessários para ligar o monitor em qualquer das interfaces (VGA, DVI ou superior) da controladora de vídeo do microcomputador.

3.2.1.9.9 Da mesma cor predominante do gabinete do equipamento (CPU).

3.2.1.10 Teclado

3.2.1.10.1 Do tipo estendido com, no mínimo, 104 teclas e compatível com o padrão ABNT2.

3.2.1.10.2 Teclas Windows Logo (acesso ao menu Iniciar) e aplicação (acesso menu de atalhos; equivale ao botão direito do mouse).

3.2.1.10.3 Regulagem de altura e inclinação do teclado.

3.2.1.10.4 Cabo para conexão ao microcomputador com, no mínimo, 1,5m (um metro e meio) de comprimento.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

429
M

3.2.1.10.5 Conexão USB, sem uso de adaptadores.

3.2.1.10.6 Bloco numérico separado das demais teclas.

3.2.1.10.7 Não possuir teclas ou botões de atalho de controle de energia tais como desligamento, hibernação e espera.

3.2.1.10.8 A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado.

3.2.1.10.9 Da mesma cor predominante do gabinete do equipamento (CPU).

3.2.1.11 Mouse

3.2.1.11.1 Tecnologia óptica.

3.2.1.11.2 Resolução por hardware de, no mínimo, 800dpi (oitocentos dots per inch – pontos por polegada).

3.2.1.11.3 Dois botões e botão de rolagem ("scroll wheel"), ambidestro (simétrico).

3.2.1.11.4 Compatível com o padrão Microsoft Optical Technology.

3.2.1.11.5 Mouse com fio, com conector USB, sem uso de adaptadores.

3.2.1.11.6 Mouse pad com superfície adequada para utilização com mouse óptico.

3.2.1.11.7 Da mesma cor predominante do gabinete do equipamento (CPU).

3.2.1.12 Caixas de Acústicas

3.2.1.12.1 Deverá ser fornecido um par de caixas acústicas (estéreo) de 1W (RMS) por canal.

3.2.1.12.2 Alimentação elétrica através do próprio microcomputador, via porta USB.

3.2.1.12.3 Poderão ser integradas ao monitor ou ao gabinete.

3.2.1.13 Gabinete





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

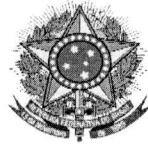
Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

430
14

- 3.2.1.13.1 Deve suportar o peso do monitor cotado sobre o gabinete e possuir base antiderrapante.
- 3.2.1.13.2 Deverá possuir, no mínimo; 2 (duas) portas USB, entrada para microfone e saída para fone de ouvido na parte frontal do gabinete; 4 (quatro) portas USB, localizadas na parte traseira do gabinete.
- 3.2.1.13.3 Botão de liga/desliga e luzes de indicação de atividade da unidade de disco rígido e de computador ligado (power on) na parte frontal do gabinete.
- 3.2.1.13.4 Identificação gráfica ou escrita para as interfaces dos dispositivos cotados (p. ex. USB, rede, áudio, etc.).
- 3.2.1.13.5 Abertura sem o uso de ferramenta (tool less).
- 3.2.1.13.6 Permitir a retirada, colocação e fixação de adaptadores (placas) de expansão (slots PCI) e das unidades de armazenamento sem a necessidade de retirada de parafusos e a utilização de ferramentas.
- 3.2.1.13.7 Sistema de ventilação dimensionado para a perfeita refrigeração dos componentes internos. Não serão aceitos com conectores ou orifícios de ventilação na parte superior da tampa onde poderá ser colocado o monitor de vídeo. A tampa do gabinete, uma vez posicionada corretamente em seu local adequado, deverá ser travada automaticamente.
- 3.2.1.13.8 Cor preta, prata ou cinza ou combinação de ambos.
- 3.2.1.13.9 Gabinete Small Desktop ou Small Form Factor, horizontal, podendo ser utilizado na posição vertical, com dimensões máximas de: 41cm de largura, 40cm de profundidade e 13cm de altura. Será tolerada uma variação de até 5% para cima nas medidas indicadas.
- 3.2.1.13.10 Deverão ser fornecidos todos os acessórios necessários para utilização do gabinete na posição horizontal e vertical.
- 3.2.1.13.11 Sensor de intrusão com detecção de abertura do gabinete e registro de evento.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

431
14

3.2.1.13.12 Fornecimento de cadeado com chave de segredo individual, apropriado para trancamento do gabinete e que prenda os cabos do mouse, teclado e caixas de som. Não serão aceitos cadeados comuns ou travas eletromecânicas.

3.2.1.14 Fonte de Alimentação

3.2.1.14.1 Alimentação 110V (cento e dez volts) e 220V (duzentos e vinte volts), com chaveamento automático, e com potência suficiente para suportar a máxima configuração e o uso simultâneo de todos os slots e dispositivos.

3.2.1.14.2 Possuir tecnologia PFC (Power Factor Correction) ativa, velocidade variável do ventilador, proteção anti-surto "built in", suporte a tecnologia "wake-on-lan" e eficiência de, no mínimo, 87% (tecnologia 80 plus gold), comprovada através do cadastramento da fonte no site www.80plus.com.

3.2.1.14.3 Após a configuração completa, o equipamento deve utilizar apenas uma tomada da rede elétrica. Será permitida a utilização de extensões (cabo em "Y") ou régua, desde que fornecidas junto com o equipamento.

3.2.1.14.4 Deverá ser fornecido adaptador de tomada do padrão novo (fêmea - NBR 14136) para o padrão antigo (macho - 2P+T).

3.2.1.15 Softwares

3.2.1.15.1 Todos os drivers da placa-mãe, das controladoras, dos adaptadores e outros dispositivos que se fizerem necessários para a instalação, configuração e operação do equipamento no Microsoft Windows 7, deverão ser entregues em mídia eletrônica ou disponibilizados para download na Internet.

3.2.1.15.2 Os equipamentos deverão ser entregues com o sistema operacional Microsoft Windows 8 Professional 64 bits OEM pré-instalado, com direito de "downgrade" para o Microsoft Windows 7 Professional 32 bits ou 64 bits, todos no Idioma Português do Brasil.

3.2.1.16 Outros itens a fornecer

ELBIDES
Moreno Casiano Pereira Peres
Advogado

2



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

432
M

3.2.1.16.1 Deverão ser fornecidos todos os drivers dos componentes necessários para a instalação e configuração do(s) equipamento(s) cotado(s).

3.2.1.16.2 Os equipamentos deverão atender rigorosamente a todas as especificações técnicas obrigatórias exigidas, inclusive no tocante a marcas, modelos dos componentes e módulos internos e externos.

3.2.1.17 Compatibilidade

3.2.1.17.1 Todos os componentes, processadores, placa mãe, dispositivos, controladoras, unidades, interfaces e subsistemas cotados para os microcomputadores, deverão ser compatíveis com o sistema operacional Microsoft Windows 7 e 8 e pelo menos uma distribuição Linux, tais como: Red Hat, Debian, Ubuntu, Fedora ou qualquer outra, todos no idioma Português do Brasil.

3.2.1.17.2 Para o microcomputador e o monitor de vídeo, deverá ser comprovada a adequação à norma de segurança IEC 60950 (adotada pelo Inmetro) ou UL 60950.

3.2.1.17.3 Para o microcomputador e o monitor de vídeo, deverá ser comprovada a adequação a norma "FCC-B" ou equivalente adotada pelo Inmetro. Para o monitor de vídeo, deverá ser comprovada a TCO ou equivalente.

3.2.1.17.4 Deverá ser compatível com Energy Star 5.0 ou EPEAT Gold. Essa característica deverá ser comprovada pela listagem do equipamento no sítio <http://www.energystar.gov> ou www.epeat.net, comprovando que o equipamento atinge as exigências para o melhor aproveitamento de uso de energia elétrica.

INDEDES
Moreno Cassio Pereira Parales
Autógrafo



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

433
E
Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

3.2.1.17.5 Atender à diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances) quanto a não utilização de substâncias nocivas ao meio ambiente ou apresentar comprovação técnica demonstrando que o equipamento não é fabricado utilizando substâncias nocivas ao meio ambiente como: cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Cr(VI)), bifenilos polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) e chumbo (Pb). Deverá ser apresentada declaração do fabricante do microcomputador ofertado.

3.2.1.17.6 Para o modelo de microcomputador ofertado, deverá ser comprovada a compatibilidade com o sistema operacional Windows 8 Professional, mediante presença na lista Windows Catalog, mantida pela Microsoft, devidamente atualizado.

3.2.1.17.7 Para o modelo de microcomputador ofertado, deverá ser comprovada a compatibilidade com pelo menos uma distribuição Linux, mediante presença no relatório "hardware compatibility list" correspondente, devidamente atualizado.

3.2.2 Item 02 (Nobreak)

3.2.2.1 Entrada

3.2.2.1.1 Tensão: Bivolt automático 115Vac/220Vac.

3.2.2.1.2 Frequência: 60Hz \pm 5%.

3.2.2.2 Saída

3.2.2.2.1 Tensão: 115Vac.

3.2.2.2.2 Inversor sincronizado com a rede (Sistema PLL).

3.2.2.2.3 Potência mínima: 1200VA.

3.2.2.2.4 Potência nominal mínima: 600W.

3.2.2.2.5 Forma de onda senoidal por aproximação, com controle de largura e amplitude.

3.2.2.2.6 Tempo de transferência menor que 1,0ms.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

434
IV

3.2.2.2.7 Freqüência de saída: 60Hz \pm 1%.

3.2.2.3 Características Gerais

3.2.2.3.1 Microprocessado.

3.2.2.3.2 Line Interactive, com regulação on-line.

3.2.2.3.3 Deve possuir estabilizador e filtro de linha internos.

3.2.2.3.4 DC Start: permite ser ligado na ausência da rede elétrica.

3.2.2.4 Conexão de Entrada

3.2.2.4.1 Através de plugue padrão NBR 14136.

3.2.2.4.2 Cabo de energia com, no mínimo, 1,2m de comprimento.

3.2.2.5 Conexão de Saída

3.2.2.5.1 Mínimo de 4 tomadas padrão NBR 14136.

3.2.2.6 Proteções

3.2.2.6.1 Contra subtensão e sobretensão.

3.2.2.6.2 Contra surtos de tensão entre fase e neutro.

3.2.2.6.3 Contra curto-circuito no inversor.

3.2.2.6.4 Descarga total das baterias.

3.2.2.6.5 Contra sobreaquecimento no inversor, com alarme e posterior desligamento automático.

3.2.2.7 Bateria

3.2.2.7.1 Tipo: VRLA selada, totalmente sem manutenção e livre de emissão de gases nocivos, podendo operar em qualquer posição.

3.2.2.7.2 2 baterias de 12V x 5Ah ou superior, instalada internamente no gabinete do nobreak.

MINDES
Moreno Cassiano Pereira Peraias
Assessor



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

435
14

3.2.2.7.3 Autonomia de, no mínimo, 15 minutos para PC Onboard + Monitor LCD de 19", considerando o consumo de 90W.

3.2.2.7.4 Recarregador, que permite a recarga das baterias mesmo com níveis muito baixos de carga.

3.2.2.7.5 Recarga automática mesmo com o nobreak desligado.

3.2.2.7.6 Gerenciador que informa quando a bateria precisa ser substituída.

3.2.2.8 Sinalização

3.2.2.8.1 Visual: de alimentação pela rede ou baterias, sobrecarga e bateria em final de carga.

3.2.2.8.2 Sonora: de funcionamento de funcionamento através das baterias e de bateria em final de carga.

3.2.2.9 Software de Gerenciamento

3.2.2.9.1 Permite conexão a uma estação de trabalho (PC) através de software de comunicação incluso à solução, tendo a opção mínima de interligação via porta USB.

3.2.2.9.2 Permite executar o desligamento automático da estação de trabalho, possibilitando configurar o tempo de desligamento antes do término da carga das baterias do nobreak.

3.2.2.9.3 Permite visualizar os níveis de tensão na entrada e na saída do nobreak, a frequência na rede elétrica, a quantidade de carga das baterias e a potência consumida na saída.

3.2.2.9.4 O software deverá ser do mesmo fabricante do equipamento e deverá ser disponibilizado em mídia eletrônica ou através de download via internet.

3.2.2.9.5 O software deverá ser compatível com o sistema operacional Microsoft Windows 7 ou 8 e pelo menos uma distribuição Linux, tais como: Red Hat, Debian, Ubuntu, Fedora ou qualquer outra, todos no idioma Português do Brasil.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

436
IV

3.2.2.9.6 Deverá ser fornecido juntamente com o equipamento: manual de instruções de instalação e operação (impresso, em mídia eletrônica ou por download na internet), cabo USB e adaptador de tomada do padrão novo (fêmea - NBR 14136) para o padrão antigo (macho - 2P+T).

3.2.2.9.7 Permite enviar mensagens de alerta (via e-mail, celular ou "pop-up") aos usuários registrando o evento em seu relatório de ocorrências (histórico).

3.3 Execução Contratual

3.3.1 Considerações

3.3.1.1 Considerar-se-á, para efeitos deste Termo de Referência, a aquisição de microcomputador com garantia on-site de 48 (quarenta e oito) meses e nobreak com garantia on-site de 12 (doze) meses, como produtos requeridos pelo CNJ ao Fornecedor.

3.3.1.2 Entenda-se como garantia aquela prestada pelo próprio fabricante ou por rede credenciada pelo fabricante do(s) referido(s) equipamento(s).

3.3.1.3 De forma a permitir o pagamento individual, a Contratada deverá emitir notas fiscais separadas para os produtos entregues em cada Tribunal donatário, fazendo constar no histórico de cada nota o nome do respectivo tribunal.

3.3.1.4 O pagamento será realizado individualmente para cada Tribunal donatário, nos prazos e condições estabelecidos no item 7, após a emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo pelo CNJ.

3.3.1.5 A garantia será prestada nas dependências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e dos Tribunais donatários.

3.3.1.6 O(s) equipamento(s) deverá(ão) ser novo(s), não recondicionado(s), de primeiro uso e não deverá(ão) conter marcas, amassados, arranhões ou outros problemas e, ainda, ser(em) entregue(s) em pleno estado de funcionamento.

3.3.1.7 O(s) equipamento(s) deverá(ão) atender rigorosamente a todas as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência e em seus Anexos.

BRUNDES
Moreno CoELHO Pereira Parreira
Advogado

L



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

437

IV

- 3.3.1.8 O(s) equipamento(s) deverá(ão) vir acompanhado(s) de todos os acessórios necessários para o seu pleno estado de funcionamento, como cabos, adaptadores, drivers, mídias e outros, os quais só serão recebidos juntamente com os respectivos equipamentos. Este item se aplica tanto para a entrega do(s) equipamento(s) quanto para substituições durante o período de garantia.
- 3.3.1.9 Ao CNJ e tribunais donatários é reservado o direito de efetuar conexões do(s) equipamento(s) a outros, bem como adicionar demais acessórios compatíveis tecnicamente, sem que isso constitua motivo para o Fornecedor se desobrigar da garantia, desde que tal fato não implique danos materiais ou técnicos ao(s) equipamento(s) e acessórios, hipótese que deverá ser devidamente comprovada.
- 3.3.1.10 A equipe técnica do CNJ e dos Tribunais donatários detém competência e terá total autonomia para executar ações de administração, gerenciamento e configuração do(s) equipamento(s) e acessórios, podendo promover alterações e reconfigurações sempre que este DTI e as Unidades de TI dos Tribunais donatários julgar necessário, sem que isso constitua motivo para o Fornecedor se desobrigar da garantia.
- 3.3.1.11 Ao CNJ é reservado o direito de efetuar diligência, a qualquer tempo, quanto aos documentos exigidos neste Termo de Referência e em seus Anexos.

3.3.2 Prazo de Entrega

- 3.3.2.1 O prazo de entrega será contado levando em consideração o quantitativo do pedido.
- 3.3.2.2 Para pedidos de até 8.000 (oito mil) unidades, o prazo será de 60 (sessenta) dias corridos e contados a partir do recebimento do pedido de fornecimento.
- 3.3.2.3 Para pedidos entre 8.001 (oito mil e um) e 16.000 (dezesesseis mil) unidades, o prazo será de 90 (noventa) dias corridos e contados a partir do recebimento do pedido de fornecimento.

L



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683
Folha n. _____
Serv. _____

438
IV

3.3.2.4 Para pedidos acima de 16.000 (dezesesseis mil) unidades, o prazo será de 120 (cento e vinte) dias corridos e contados a partir do recebimento do pedido de fornecimento.

3.3.2.5 Para solicitações de fornecimento emitidas em intervalo de tempo inferior a 15 (quinze) dias, o prazo de entrega será determinado por meio do somatório dos quantitativos solicitados. Entretanto, o início da contagem do prazo de cada pedido dar-se-á a partir do recebimento deste de forma individual.

3.3.3 Obrigações do Fornecedor

3.3.3.1 Fornecer o(s) equipamento(s) conforme especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas no Edital, na Ata de Registro de Preços, na Ordem de Fornecimento, na Proposta e no Contrato;

3.3.3.2 Fornecer a documentação necessária à instalação e à operação dos produtos (manuais, termos de garantia, etc.), completa, atualizada e em português do Brasil, caso exista, ou em inglês;

3.3.3.3 Disponibilizar Central de Atendimento para a abertura e fechamento de chamados técnicos, conforme períodos, horários e condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos;

3.3.3.4 Comunicar formal e imediatamente ao Gestor ou Responsável Técnico do CNJ ou dos Tribunais donatários sobre mudanças nos dados para contato com a Central de Atendimento;

3.3.3.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos do CNJ ou Tribunais donatários, referentes a qualquer problema detectado ou ao andamento de atividades da garantia;

3.3.3.6 Responder por quaisquer prejuízos que seus profissionais causarem ao patrimônio do CNJ e Tribunais Donatários ou a terceiros, por ocasião da execução do objeto, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

3.3.3.7 Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos equipamentos e pela execução dos serviços de garantia técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade na execução dos trabalhos,

BNDES
Moreno Castilho Pereira Parati
Advogado



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

439
14

dentro dos prazos estipulados e cujo descumprimento será considerado infração passível de aplicação das penalidades previstas;

- 3.3.3.8 Comunicar ao Gestor ou Responsável Técnico do CNJ ou Tribunais donatários, formal e imediatamente, todas as ocorrências anormais e/ou que possam comprometer a execução do objeto;
- 3.3.3.9 Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CNJ e dos Tribunais donatários ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;
- 3.3.3.10 Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação do CNJ e dos Tribunais donatários;
- 3.3.3.11 Responsabilizar-se pela conservação dos ambientes onde desempenhe as atividades necessárias para prestar a garantia on-site.

3.3.4 Obrigações do Contratante

- 3.3.4.1 Efetuar o pagamento à Contratada.
- 3.3.4.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente Edital, por meio de servidor(es) designado(s), de modo a garantir o fiel cumprimento do mesmo e da proposta.
- 3.3.4.3 Manter arquivo, junto ao processo administrativo ao qual está vinculado o presente termo, toda a documentação referente ao mesmo.
- 3.3.3.4 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.
- 3.3.3.5 Aplicar as sanções conforme previsto no contrato.

3.3.5 Garantia

- 3.3.5.1 O período de Garantia deverá ser de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses para os microcomputadores e, no mínimo, 12 (doze) meses para

BNDES
Moreno Custódio Pereira Peraias
Advogado

h



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

440
IV

os nobreaks; cotados neste Termo de Referência e será contado a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo correspondente.

- 3.3.5.2 A garantia on-site deverá ser realizada, durante todo o período de garantia dos equipamentos, pelo próprio fabricante ou por Assistência Técnica Autorizada, a fim de que sejam mantidos válidos todos os direitos oriundos da garantia, excluindo-se a possibilidade de falta de cobertura por manutenções realizadas sem a habilidade técnica necessária.
- 3.3.5.3 Nos casos em que a garantia técnica for prestada por meio de Assistências Técnicas Autorizadas, deverão ser apresentados, pelo licitante, para fins de identificação, o nome e o telefone da(s) empresa(s) credenciada(s) que prestará(ão) atendimento aos chamados técnicos.
- 3.3.5.4 A Contratada deverá disponibilizar "Central de Atendimento" para abertura de chamado, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (das 8h00 às 18h00), indicando telefone 0800 ou com custo local de Brasília e em cada local onde contemple tribunal donatário. Os chamados poderão ser abertos pela equipe técnica dos Tribunais donatários e do Conselho Nacional de Justiça.
- 3.3.5.5 O atendimento será do tipo "on site" mediante manutenção corretiva nas dependências dos Tribunais donatários nas capitais e no Distrito Federal, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (das 8h00 às 18h00), por profissionais especializados e deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo o fornecimento e a substituição de peças e/ou componentes, ajustes, reparos e correções necessárias.
- 3.3.5.6 O atendimento deverá ocorrer em, no máximo, 2 (dois) dias úteis e o prazo máximo para solução de problemas – a qual se dará com a efetiva recolocação do(s) equipamento(s) em seu pleno estado de funcionamento – deverá ser de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, contados após a abertura do chamado; incluindo a troca de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos.
- 3.3.5.6.1 Decorrido o prazo previsto no item anterior sem solução do chamado, a empresa deverá disponibilizar, imediatamente, equipamento/componente com especificações técnicas iguais

BNDES

Moreno Castilho Pereira Peralles
Advogado



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

441
IV

ou superiores ao item avariado ou com defeito, sem prejuízo da obrigação de solução do chamado, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da data de sua abertura.

3.3.5.7 Todas as peças e componentes mecânicos ou eletrônicos substitutos deverão ser originais ou certificados pelo fabricante e sempre "novos e de primeiro uso", não podendo ser recondicionados.

3.3.5.8 A Contratada deve autorizar que a equipe técnica do CNJ e dos Tribunais Donatários realize manutenção de urgência, incluindo abertura das máquinas para detecção de problemas, podendo inclusive trocar componentes defeituosos (memória, disco rígido, placa de rede, placa de vídeo, mídia óptica, etc.) antes da solicitação de chamado técnico.

3.4 Critérios para Aplicação de Multas ou Sanções

3.4.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93, a Contratada, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Edital, assegurada a prévia e ampla defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de:

b.1) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, sobre o valor constante da Ordem de Fornecimento, no caso de atraso injustificado na entrega dos equipamentos, limitada a incidência a 20 (vinte) dias;

b.1.1) no caso de atraso injustificado na entrega dos equipamentos por prazo superior a 20 (vinte) dias, com a aceitação pela Administração, será aplicada a multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento;

b.1.2) no caso de atraso injustificado na entrega dos equipamentos por prazo superior a 20 (vinte) dias, com a não aceitação pela Administração, será aplicada a penalidade prevista na alínea "b.4";

b.2) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, sobre o valor

INDEES
Moreno Castilho Pereira Perallón
Advogado



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683
Folha n. _____
Serv. _____

do equipamento, no caso de atraso injustificado na solução do chamado de garantia, limitada a incidência 30 (trinta) dias;

b.2.1) no caso de atraso injustificado na solução do chamado de garantia por prazo superior a 30 (trinta) dias, aplica-se adicionalmente, a multa de 1% (um por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento;

b.2.1.1) as multas por atraso relacionadas à subalínea anterior serão auferidas por Ordem de Fornecimento e aplicadas somente uma única vez a cada mês, independente da quantidade de equipamentos em atraso;

b.3) 20% (vinte por cento), sobre o valor constante da Ordem de Fornecimento, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.4) 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor da Ordem de Fornecimento, no caso de inexecução total da obrigação, podendo haver, ainda, o cancelamento do registro de preços do Fornecedor;

b.5) 10% (dez por cento), sobre o valor global estimado da Ata de Registro de Preços, no tocante ao(s) valor(es) referente(s) ao(s) item(ns) para o(s) qual(is) a licitante tenha sido sagrada vencedora, na hipótese de recusa em assinar a Ata ou retirar a Ordem de Fornecimento.

c) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades legais.

- 3.4.2. O cometimento reiterado de atrasos injustificados dos prazos previstos para entrega/solução do chamado de garantia dos equipamentos poderá resultar no cancelamento do registro de preços do Fornecedor
- 3.4.3. As sanções previstas nas alíneas "a" e "c" do item 3.4.1 poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.
- 3.4.4. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à contratada ou cobrado judicialmente.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

3.4.5. Ad cautelam, o CNJ poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

3.4.6. Todas as penalidades serão registradas no SICAF.

4 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

4.1 A tabela abaixo sintetiza as etapas de execução desta contratação. O prazo em todas as etapas tem como referência inicial o fim da etapa anterior:

Etapa	Descrição	Quando ocorre?
01	Recebimento do pedido de fornecimento	O CNJ encaminhará o pedido de fornecimento a qualquer tempo dentro da vigência da Ata de Registro de Preços e após a emissão do empenho.
02	Entrega dos equipamentos	Para pedidos de até 8.000 (oito mil) unidades, o prazo será de 60 (sessenta) dias corridos e contados a partir da confirmação do recebimento do pedido de fornecimento. Para pedidos entre 8.001 (oito mil e um) e 16.000 (dezesesseis mil) unidades, o prazo será de 90 (noventa) dias corridos e contados a partir da confirmação do recebimento do pedido de fornecimento. Para pedidos acima de 16.000 (dezesesseis mil) unidades, o prazo será de 120 (cento e vinte) dias corridos e contados a partir da confirmação do recebimento do pedido de fornecimento.
03	Avaliação dos equipamentos entregues	Após a entrega, os equipamentos serão submetidos à avaliação e homologação pelos responsáveis técnicos/comissão do CNJ e dos Tribunais donatários. O exame para comprovação das características técnicas consistirá em avaliações e testes não-destrutivos, realizados em duas etapas: a) Primeira: inspeção visual (interna e externa) do equipamento. b) Segunda: testes funcionais de configuração e



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

		desempenho dos equipamentos recebidos. As especificações serão avaliadas também por meio de documentos técnicos que acompanham os equipamentos, informações fornecidas pela Contratada e disponível no sítio do fabricante.
04	Recebimento Provisório Equipamento(s) com garantia on-site do(s) com	O responsável técnico/comissão do Tribunal donatário deverá, após a comprovação do perfeito funcionamento dos equipamentos e adequação às especificações técnicas, emitir e assinar em, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil posterior à entrega dos equipamentos, o Termo de Recebimento Provisório conforme modelo do Anexo B, remetendo-o ao CNJ por meio do Sistema Malote Digital.
05	Recebimento Definitivo do(s) Equipamento(s).	Após o recebimento e conferência do Termo de Recebimento Provisório de cada Tribunal donatário, o CNJ emitirá Termo de Recebimento Definitivo correspondente a cada Termo de Recebimento Provisório recebido, observado o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento.
06	Pagamento relativo ao(s) Equipamento(s).	Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo conforme condições estabelecidas no item 7.
07	Início da contagem do prazo de garantia	Data da emissão do recebimento definitivo do(s) equipamento(s).
08	Fim do prazo de garantia on-site	48 (quarenta e oito) meses para os Microcomputadores e 12 (doze) meses para os Nobreaks, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo correspondente.

5 VIGÊNCIA

5.1 A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

445
R

- 5.2 Para cada pedido de fornecimento de equipamentos será assinado um contrato com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, ou até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo CNJ, o que ocorrer primeiro, ressalvada a garantia nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

6 RECEBIMENTO DO OBJETO

- 6.1 O ACEITE dos equipamentos deverá ser efetuado da seguinte forma:

- a) O CNJ e os Tribunais donatários designarão servidor/comissão para realizar o recebimento provisório, que só será emitido se os equipamentos estiverem de acordo com as especificações técnicas.
- b) Após a entrega, os equipamentos serão submetidos à avaliação e homologação pelos responsáveis técnicos/comissão do CNJ e dos Tribunais Donatários.
- c) O exame para comprovação das características técnicas consistirá em avaliações e testes não-destrutivos, realizados em duas etapas:

Primeira: inspeção visual (interna e externa) do equipamento.

Segunda: testes funcionais de configuração e desempenho, em, no mínimo, 10% (dez por cento) dos equipamentos recebidos.

- d) As especificações serão avaliadas também por meio de documentos técnicos que acompanham os equipamentos, informações fornecidas pela Contratada e disponível no sítio do fabricante.
- e) O responsável técnico/comissão do Tribunal donatário deverá, após a comprovação do perfeito funcionamento dos equipamentos e adequação às especificações técnicas, emitir e assinar em, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil posterior à entrega dos equipamentos, o Termo de Recebimento Provisório conforme modelo III do Anexo B, remetendo-o ao CNJ por meio do Sistema Malote Digital.
- f) Após o recebimento e conferência do Termo de Recebimento Provisório de cada Tribunal Donatário, o CNJ emitirá Termo de Recebimento Definitivo

DJ BATES
Moreno Castilho Pereira Paranhos
Advogado

h



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

446
14

correspondente a cada Termo de Recebimento Provisório recebido, observado o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento.

7 PAGAMENTO

- 7.1 O pagamento será efetuado mediante crédito em conta-corrente do Fornecedor, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:
- a) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;
 - b) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido o Fornecedor.
- 7.2 Nenhum pagamento será efetuado ao Fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
- 7.3 A empresa optante pelo Simples Nacional deverá encaminhar, juntamente com a Nota Fiscal, declaração em conformidade com o Art. 6º da Instrução Normativa SRF n. 1.234/2012.
- 7.4 No caso de não ser apresentada a declaração prevista no item anterior, serão retidos todos os tributos e contribuições no pagamento a ser efetuado.

EXPLICAÇÕES
Moreno Castilho Pereira Perillo
Advogado

1



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

ANEXO "A" DO TERMO DE REFERÊNCIA

Locais de Entrega dos Equipamentos

Justiça Estadual

Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Tribunal de Justiça do Amazonas
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo
Tribunal de Justiça do Estado do Goiás
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

Outros Órgãos

Conselho Nacional de Justiça



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

448
M

**ANEXO "B" DO TERMO DE REFERÊNCIA
MODELOS DE DOCUMENTOS**

MODELO I

ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Demonstramos, em atendimento ao previsto no item _____ do Edital _____, o atendimento às especificações dos itens e subitens obrigatórios, especificando a localização exata das informações comprobatórias inseridas em nossa Proposta.

Anexos estão todos os documentos oficiais do fabricante necessários para a comprovação do atendimento das especificações técnicas exigidas no referido Edital e em seus Anexos.

Item ou Subitem	Documento	Página

Local e data

Assinatura e carimbo
(Representante Legal)

Nome:

Cargo:

Telefone de contato:

E-mail de contato:

(Representante Legal)

Observação: emitir em papel que identifique a **Licitante**.

BRUNDES
Moreno Cristiano Pereira Peres
Advogado

L



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

449
14

MODELO II

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO

Declaramos em atendimento ao previsto no item _____ do Edital _____, a disponibilização de "**Central de Atendimento**" para abertura de chamados técnicos conforme disposições contidas no Edital e em seus Anexos, após a assinatura do Contrato.

Nome (razão social):

Inscrição Estadual:

CNPJ (MF):

Endereço:

CEP:

Cidade:

Meios para abertura de chamado técnico	
Tipo	Dados
Telefone (0800 ou custo local em Brasília e onde há Tribunais donatários):	
E-mail:	
Endereço web:	

Local e data

Assinatura e carimbo
(Representante Legal)

Nome e cargo:

Telefone de contato:

E-mail de contato:

Observações: emitir em papel que identifique a **Licitante**.

ERANDES
Mariano Casimiro Pereira Peralles
Advogado

1



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

456
14

MODELO III
MODELO DE TRP DE EQUIPAMENTOS

< TIMBRE DO TRIBUNAL >

< NOME DO TRIBUNAL DONATÁRIO >

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE EQUIPAMENTOS

Certificamos que os equipamentos especificados no quadro abaixo foram recebidos pelo < NOME DO TRIBUNAL DONATÁRIO >. Certificamos, ainda, que foi realizada inspeção visual e testes em pelo menos 10% dos equipamentos e que estes se encontram plenamente funcionais.

Item	Descrição	Qtde.	Número da NF de Remessa	Data de entrega no tribunal
	(marca, modelo e suprimimento que acompanha o objeto)			

Certificamos, também, que os equipamentos recebidos são novos e de primeiro uso e correspondem com o modelo e especificações técnicas contidas no quadro acima.

O objeto ora recebido provisoriamente não conclui o cumprimento da obrigação.

O presente termo é firmado em 2 (duas) vias de igual forma e teor, com a assinatura dos membros da Comissão de Recebimento Provisório, designada pelo(a) < ATO NORMATIVO > de < DIA, MÊS E ANO >.

< CIDADE E DATA POR EXTENSO (POSTERIOR À PUBLICAÇÃO DO ATO DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO) >

1º MEMBRO

2º MEMBRO

3º MEMBRO

< NOME, CARIMBO E MATRÍCULA DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO >

- 55 -

EL PAGES
Mariana Cristina Pereira Perillo
Advogada



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

451
17

MODELO IV
MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

De: Conselho Nacional de Justiça/DTI	Para: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Tel: (61) 2326-5318/5317 email: dti@cnj.jus.br	Tel: XXXXXXXXXX

Em ____ de _____ de 20 ____.

Assunto: Entrega de equipamentos

Tendo em vista a contratação dessa empresa para o fornecimento de microcomputadores/nobreaks para o Conselho Nacional de Justiça e Tribunais de Justiça, encaminho Pedido de fornecimento de microcomputadores/nobreaks n. ____/20____/DTI.

Os equipamentos deverão ser entregues nos seguintes órgãos: xxxxxxx, xxxxxxx e xxxxxxx, de acordo com os endereços e os quantitativos especificados nas planilhas em anexo.

Departamento de Tecnologia de Informação/CNJ

BRASIL
Moreno Castilho Pereira Peralles
Advogado



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683
Folha n. _____
Serv. _____

452
14

ANEXO "C" DO TERMO DE REFERÊNCIA

PROCEDIMENTOS PARA MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO

Os procedimentos abaixo deverão ser adotados visando padronizar os procedimentos para a mensuração do desempenho do equipamento fornecido. Os itens abaixo relacionados são as únicas alterações permitidas a serem realizadas sobre as configurações originais do sistema operacional e dos componentes de hardware e software do equipamento. Os passos abaixo devem ser seguidos na íntegra, não sendo aceitos procedimentos diversos, como utilização de "imagens".

Os equipamentos testados deverão possuir todos os componentes e as mesmas características do equipamento ofertado no edital.

Não serão admitidas configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora das condições normais recomendadas pelo fabricante do equipamento ou dos componentes, tais como, alterações de *clock*, características de disco ou memória.

Deverá ser utilizada a configuração padrão de fábrica de BIOS, sendo permitida apenas alteração na parte de utilização de memória de vídeo, para a memória de vídeo exigida no edital.

Os procedimentos para preparação do equipamento para medição de desempenho são os seguintes:

1. Formatar o disco rígido com uma única partição NTFS, ocupando o máximo espaço do disco rígido.
2. Instalar o sistema operacional Microsoft Windows 7 Professional 64 bits no Idioma Português do Brasil.

BRUNO MORENO
Moreno Castilho Pereira Paralela
Advogado



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

453
14

3. Instalar os drivers na versão mais atual para todos os componentes, dispositivos e periféricos que integram o equipamento, verificando as correções no Gerenciador de Dispositivos.
4. Configurar a resolução de vídeo para 1024x768 (um mil e vinte e quatro por setecentos e sessenta e oito) pixels.
5. Instalar o software BAPCo SYSmark 2012 Preview ou PASSMARK PERFORMANCE TEST versão 7 (64-bit).
6. Desabilitar Firewall do Windows;
7. Desabilitar Windows Update;
8. Desabilitar restauração do Sistema;
9. Desconectar equipamento da rede;
10. Configurar o controle da conta do usuário. Seguir os seguintes itens:
 - 10.1. Entrar no "Painel de Controle";
 - 10.2. No item "Exibir por" clicar em "Ícones Grandes";
 - 10.3. Clicar em "Contas de Usuários";
 - 10.4. Clicar em "Alterar Configurações de Controle de Conta de Usuário";
 - 10.5. Selecionar/Modificar para "Nunca" e depois em "OK".
11. Desfragmentar o disco;
12. Reiniciar o equipamento;
13. Executar o BAPCo SYSmark 2012 Preview ou PASSMARK Performance Test;
 - 13.1. A execução do software BAPCo SYSmark 2012 Preview será no modo customizado, cenário "Official Rating" com três iterações, com a opção "Perform Condition Run" desabilitada. O índice a ser considerado é o Sysmark 2012 Preview Rating e será calculado a partir da média aritmética dos três valores gerados, desprezando-se a parte fracionária. Este resultado deverá ser maior ou igual ao apontado na especificação técnica.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Proc. n. 351.683

Folha n. _____

Serv. _____

- 13.2. A execução do *software* PASSMARK PERFORMANCETEST será no modo customizado, dentro do menu "Tests" com a opção "CPU" e em seguida "All". O índice a ser considerado é o "CPU MARK", desprezando-se a parte fracionária. Este resultado deverá ser maior ou igual ao apontado na especificação técnica.



Classificação do documento: ostensivo

Unidade gestora: AA/DEJUR

455
129

ANEXO II AO CONTRATO OCS Nº 230/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2013, DO CNJ

2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 41/2013

PROCESSO N. 351.683
Pregão Eletrônico CNJ n. 41/2013

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ, ÓRGÃO GERENCIADOR** – com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília - Distrito Federal, CNPJ 07.421.906/0001-29, neste ato representado por sua Diretora-Geral Substituta, **Luciana Cristina Gomes Matias**, RG n. 4708964 DGPC/GO e CPF n. 006.352.651-41, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 85, de 10 de maio de 2013, e o art. 3º, inciso XI, alínea “a”, da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO N. 41/2013**, publicado no DOU do dia 23 de dezembro de 2013, e a respectiva homologação, conforme fls. 1.107 do Processo n. 351.683, **RESOLVE** registrar os preços para fornecimento de **MICROCOMPUTADORES**, conforme as especificações constantes do Anexo Único da presente Ata, da empresa **POSITIVO INFORMÁTICA S.A.**, CNPJ 81.243.735/0001-48, com sede na Rua João Bettega, 5200, Cidade Industrial de Curitiba, Curitiba-PR, CEP 81.350-000, telefone: (61) 3272-3334, neste ato representada por **Ivanhoé Lapuente Garrido**, RG 586.880 SSP/DF, CPF 150.765.631-91, doravante denominado **FORNECEDOR**, com fundamento nas Leis n. 8.666/1993 e 10.520/2002, Lei Complementar n. 123/2006, Decretos n. 7.892/2013 e 5.450/2005, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e em conformidade com as disposições a seguir.

1 – DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO: Esta Ata não obriga o **CNJ** a firmar contratações com o **FORNECEDOR**, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição dos produtos registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro em igualdade de condições.

[Assinatura]

2 – DO PEDIDO DE FORNECIMENTO: A requisição do material será formalizada pelo **CNJ** mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, observadas as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico n. 41/2013.

2.1 – O Fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3 – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao Departamento de Tecnologia da Informação – DTI do **CNJ**, competindo-lhe:

3.1 – Notificar a empresa registrada para o fornecimento dos produtos, após a emissão da Ordem de Fornecimento, informado as quantidades a serem entregues;

3.2 – Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

4 – DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS: Os preços registrados poderão ser revistos em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens, cujos preços foram registrados.

4.1 – Quando os preços inicialmente registrados, por motivo superveniente, tornarem-se superiores aos preços praticados no mercado, a Seção de Compras do **CNJ** deverá convocar o **FORNECEDOR** a fim de negociar a redução dos preços de forma a adequá-los à média apurada.

4.2 – Quando os preços de mercado tornarem-se superiores aos preços registrados e a empresa apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o **CNJ** poderá acolher o pedido, sem a aplicação de penalidade, mediante a confirmação da veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento seja apresentado antes da expedição do pedido de fornecimento.

4.3 – Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada

[Handwritten signature]

entre o valor originalmente constante da proposta do **FORNECEDOR** e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

4.4 – Serão considerados preços de mercado, os que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo **CNJ**.

4.5 – A alteração de preços oriunda de revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será publicada no Diário Oficial da União.

5 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS: O FORNECEDOR terá o registro de preços cancelado:

5.1 – Por iniciativa da Administração ou do **FORNECEDOR**, em conformidade com as hipóteses dos artigos 20 e 21 do Decreto n. 7.892/2013;

5.2 – Por iniciativa da Administração, quando o **FORNECEDOR** der causa à rescisão administrativa do instrumento contratual decorrente deste registro de preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/1993;

5.3 – Por iniciativa do **FORNECEDOR**, mediante solicitação escrita, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei n. 8.666/1993.

5.4 – O cancelamento do registro de preços, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

5.5 – A notificação do cancelamento dos preços registrados será informada ao **FORNECEDOR** por meio de correspondência com aviso de recebimento, que deverá ser juntado no processo administrativo respectivo.

5.6 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do **FORNECEDOR**, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o preço registrado.

5.7 – A solicitação do **FORNECEDOR** para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com base nas previsões objetivas previstas neste instrumento

ou motivo de força maior. O **FORNECEDOR** estará sujeito à aplicação das penalidades previstas, na hipótese do não acolhimento do pedido.

5.8 – Caso se abstenha da prerrogativa de cancelar a Ata, o **CNJ** poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das notas-fiscais, até que o **FORNECEDOR** cumpra integralmente a condição infringida.

5.9 – O cancelamento do preço registrado implica na cessação de todas as atividades do **FORNECEDOR** relativas ao respectivo registro.

5.10 – Nos casos em que o **FORNECEDOR** sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste instrumento desde que a execução da presente Ata não seja afetada e que o **FORNECEDOR** mantenha o fiel cumprimento dos termos deste documento e as condições de habilitação.

6 – **DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura.

7 – **DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993 e divulgada no portal da internet www.comprasnet.gov.br e no site www.cnj.jus.br.

8 – **DO FORO:** As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas na Justiça Federal/Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia de qualquer outro.

9 – **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:** Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto n. 7.892/2013 e na Lei n. 8.666/1993.

9.1 - Caberá ao **FORNECEDOR**, observadas as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, optar pela aceitação ou não do fornecimento a órgão ou

entidade da administração pública que não tenha participado do certame, desde que esse fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

E por estarem de acordo com as disposições contidas nesta Ata, assinam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Brasília, 27 de dezembro de 2013.

Pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**

Pelo **FORNECEDOR**


Luciana Cristina Gomes Matias
Diretora-Geral Substituta


Ivanhoé Lapuente Garrido
Procurador

ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2013

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços n. 41/2013**, celebrada entre o **CNJ** e a empresa **POSITIVO INFORMÁTICA S.A.**, cujos preços estão a seguir registrados, por item, em face da realização do **Pregão Eletrônico n. 41/2013**.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTDE. REGISTRADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1	Microcomputadores, de acordo com as especificações técnicas constantes no item 3.2.1. do Anexo I do Edital n. 41/2013. Marca: Positivo Informática Modelo: Positivo Master D540	37.278	2.072,00

[Handwritten signature]